



**ESTADO DE GOIÁS**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PALMINÓPOLIS**  
**“PALÁCIO DIVINO CÂNDIDO DA SILVA”**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 061/CMP/2023 DE 30 DE OUTUBRO DE 2023**  
**(Do Poder Executivo) – “Institui a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos**  
**ativos da Câmara Municipal de Palminópolis e dá outras providências.”**

**1 Relatório**

O Projeto de Lei em análise propõe a implementação do auxílio-alimentação para servidores ativos da Câmara Municipal de Palminópolis. Este auxílio, de caráter indenizatório, não se incorpora à remuneração mensal, caracterizando-se como rendimento não-tributável, isento de contribuição previdenciária e não considerado para efeito de 13º salário e margem consignável.

A justificativa apresentada ressalta a necessidade de oferecer suporte financeiro para despesas alimentares durante o expediente, além de reconhecer e valorizar o trabalho dos servidores que contribuem para o sucesso das políticas públicas e o serviço à comunidade.

É o breve relatório, passo à análise.

**2 Análise**

Com base na análise do Projeto de Lei que trata da concessão de auxílio alimentação aos servidores públicos, é importante destacar o caráter legal e a lógica gramatical presentes no texto do projeto.

**2.1 Caráter Legal:**

Observa-se que o projeto atende às competências municipais e às diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente ao mencionar o impacto orçamentário anexo ao projeto. A inclusão desses dados, conforme exigido, assegura a transparência e a conformidade com as diretrizes legais.

Adicionalmente, a concessão do auxílio-alimentação está respaldada pelo entendimento jurídico que considera a melhoria do ambiente de trabalho e o reconhecimento aos servidores como elementos legítimos de valorização do funcionalismo público, respeitando princípios constitucionais.



**ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PALMINÓPOLIS  
"PALÁCIO DIVINO CÂNDIDO DA SILVA"**

## 2.2 Caráter Lógico Gramatical

O projeto apresenta uma estrutura lógica e coesa, seguindo uma sequência natural de análise, começando pela conformidade legal e passando para os detalhes específicos.

As informações são apresentadas de forma clara e organizada, com uso adequado de conectores para ligar ideias e criar uma fluidez na análise.

A linguagem utilizada é técnica e adequada ao contexto legislativo, garantindo a compreensão precisa das questões envolvidas.

## 3 Voto

Diante do exposto, considerando a importância de valorizar os servidores e a necessidade de aprimoramento na relação entre os benefícios propostos e seus reflexos na gestão administrativa, voto pela aprovação do projeto.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 2023.

**CLEBER REGES DOS SANTOS**  
Relator






**ESTADO DE GOIÁS**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PALMINÓPOLIS**  
**"PALÁCIO DIVINO CÂNDIDO DA SILVA"**

**RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**  
**PARECER Nº 066/CMP/2023**  
**PROJETO DE LEI Nº 061/CMP/2023**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, em sessão no dia 13 de novembro de 2023, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 061/PMP/2023 de 30 de outubro de 2023, que "Institui a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Câmara Municipal de Palminópolis e dá outras providências."

Estiveram presentes os Senhores Vereadores Luciano Bomtempo Gonçalves, Cleber Reges dos Santos e Heudillan Cassio Franco Vieira.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 2023.



**LUCIANO BOMTEMPO GONÇALVES**  
Presidente



**CLEBER REGES DOS SANTOS**  
Relator



**HEUDILLAN CASSIO FRANCO VIEIRA**  
Membro